

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.256 - SP (2019/0297114-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FABIO JACYNTHO SORGE - SP247667  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : E R DOS S (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de E. R. DOS S. no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do *Habeas Corpus* n. 4028880-61.2018.8.24.0000.

Depreende-se dos autos que a paciente foi denunciada como incurso no art. 217-A, § 1º, do Código Penal, porque entre, os dias 19 de agosto e 23 de agosto de 2017, em horários incertos, teria praticado ato libidinoso diverso da conjunção carnal com K. R. da S., pessoa com deficiência mental e que em razão da enfermidade não tinha o necessário discernimento para a prática do ato.

Segundo o apurado, após ser despejada, a paciente foi acolhida em um quarto situado na propriedade dos pais da vítima. Com o passar do tempo, a genitora da vítima desconfiou de algo, pois sua filha, pessoa com Síndrome de Down e com retardo mental leve, não saía do quarto cedido à ora paciente. Foi nesse contexto que, por ocasião dos fatos a genitora da vítima foi até o quarto da paciente e a viu apalpando as partes íntimas de sua filha. Em conversa com a filha, esta lhe revelou que a paciente apalpava seus seios e sua vagina, bem como enfiava o dedo em seu órgão genital.

A exordial acusatória foi recebida em 7/3/2019 e o Juízo de primeiro grau deixou de decretar a prisão preventiva da paciente, fixando, entretanto, medidas cautelares previstas no art. 319, I, III e V, do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 31/32).

Contudo, em razão da não localização da paciente, foi determinada a sua citação editalícia, bem como decretada a prisão preventiva nos seguintes termos (e-STJ fl. 44):

# Superior Tribunal de Justiça

Considerando que a acusada não foi localizada no endereço constante dos autos, nos termos do artigo 396 da Lei 11.719/08, cite-se e intime-se a ré por edital, com prazo de quinze dias, inclusive, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias.

Ante o teor da manifestação do Promotor de Justiça de fls. 176 e o disposto no artigo 312 do Código de Processo Penal, além das declarações colhidas na fase do inquérito, laudo pericial e o crime imputado à acusada, para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e eventual aplicação da lei penal, decreto a prisão preventiva de [E R DOS S].

Compulsando os autos, percebe-se que a materialidade do crime está provada e sua autoria à acusada atribuída encontra suporte em indícios veementes. Além do mais, o crime é doloso, equiparado a hediondo e foi cometido contra vítima portadora de deficiência mental.

Assim, DECRETO a prisão preventiva de [E R DOS S], o que faço com fulcro no disposto nos artigos 312 e 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal.

Expeça-se mandado de prisão.

Irresignada, a defesa impetrou *writ* no Tribunal de origem que denegou a ordem.

No presente *habeas corpus*, a Defensoria Pública estadual alega que a paciente sofre constrangimento ilegal por ausência dos requisitos necessários à decretação da prisão preventiva.

Afirma que "*a decretação da prisão preventiva da paciente foi determinada apenas pelo fato de a ré não ter sido encontrada para ser citada, o que teria condão de frustrar a aplicação da lei penal, segundo o entendimento dos magistrados das instâncias ordinárias*" (e-STJ fl. 6).

Destaca que "*os primeiros mandados de citação expedidos constavam endereços em que a ré não residia mais, conforme fls. 155, o que não deve ser utilizado em seu desfavor, porquanto desconhecidas à paciente as diligências na tentativa de localizá-la*" (e-STJ fls. 6/7), ressaltando ainda que, "*depois das tentativas de citação pessoal em endereços que não correspondiam à localidade da paciente, ou seja SEM QUALQUER INDICAÇÃO DE OCULTAMENTO DA RÉ, o primeiro contato com esta se deu por telefone (fls. 173), ocasião em que a paciente afirmou estar com depressão. Também relatou tinha advogado constituído chamado "Endro", nome sonoramente*

# Superior Tribunal de Justiça

semelhante ao advogado da paciente nos autos nº 1021764-78.2017.8.26.0309, qual seja, “Endril”, cuja ação cível move em face dos genitores da vítima, em contexto fático que a paciente teria sofrido assédio sexual por parte do pai da vítima” (e-STJ fl. 7), de modo que não se há dizer que a paciente estaria se ocultando da tentativa de citação.

Requer-se, liminarmente e no mérito, a imediata expedição de alvará de soltura em favor da paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jundiaí (SP) e à autoridade apontada como coatora, especialmente o envio do inteiro teor do acórdão que julgou o *habeas corpus* impetrado na origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

